

A. I. Nº - 232537.0002/10-0
AUTUADO - SOZZIA CONFECÇÕES LTDA. (LOJAS RENNY).
AUTUANTE - JOSÉ ALVES LACERDA
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
INTERNET - 23/04/2014

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0060-05/14

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. “ANTECIPAÇÃO PARCIAL”. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. O procedimento executado está eivado de vícios materiais, como a falta de redução no imposto devido, alíquota majorada de 17% para 71%, e restou finalmente demonstrado conforme DAES anexos ao PAF, que todo o valor lançado no Auto de Infração, nada era devido, uma vez que as notas fiscais que compõem o lançamento tiveram o pagamento comprovado, fato reconhecido inclusive pelo próprio autuante. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

No Auto de Infração lavrado em 31/03/2010, foi efetuado lançamento de imposto no valor total de R\$5.865,35 por deixar de efetuar recolhimento do ICMS antecipação parcial, referente as aquisições de mercadorias provenientes de fora do estado, na condição de optante do SIMPLES NACIONAL, sendo lançado o valor total de R\$5.865,35 acrescido da multa 50%.

A impugnante apresenta defesa à fl. 16 onde arguiu que todo o imposto havia sido pago e atribuiu o lançamento a erros materiais do autuante, como em dezembro de 2007, quando se aplicou alíquota de 71% em vez de 17%, apresentando DAE à fl. 17/25 correspondente ao valor do ICMS e com planilhas das respectivas notas fiscais de aquisição. A impugnação foi apresentada em 18/05 embora tenha tomado ciência em 14/04. Por conta da intempestividade da impugnação, à fl. 30 foi expedida comunicação da perda do prazo de defesa nos termos do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal - RPAF. À fl. 35 o impugnante requereu a impugnação do arquivamento da defesa, visto que o débitos objeto do auto já estavam pagos.

À fl. 39 o Inspetor fazendário atestou a intempestividade e autorizou o arquivamento da defesa nos termos do art. 12 e 125 do RPAF e à fl. 45, a coordenação administrativa encaminhou o processo à inspetoria para informar eventual recolhimento referente ao Auto de Infração. Às fls. 50/51, o autuante reconhece que de fato, houve diversos erros no lançamento, como a alíquota errada de 71%, a falta de redução de 50% no cálculo do imposto, por se tratar de comprar em indústrias fora do estado, e conclui que de todo o levantamento, falta apenas a comprovação de pagamento de R\$1.984,28, mas que o contribuinte será intimado a comprovar o pagamento e opina pela improcedência total do valor lançado. O Processo é então enviado ao Conselho de Fazenda Estadual.

Às fls. 54/55, o CONSEF após fazer a análise dos fatos, faz o PAF retornar à INFAZ de origem para que se dê ciência da informação fiscal do autuante, em atendimento ao princípio da ampla defesa. À fl. 60, o impugnante apresenta manifestação com o respectivo comprovante de pagamento reivindicado pelo autuante, à fl. 61, no exato valor de R\$1.984,28. Assim, à fl. 71 o Presidente do Conselho de Fazenda Estadual, conhece do recurso ao arquivamento da defesa, dando-lhe provimento finalmente à fl. 86 o autuante produz nova informação fiscal em que reconhece que houve realmente equívoco na auditoria e que realmente não existem outros

créditos tributários a lançar.

VOTO

Face ao exposto no Relatório, é forçoso concluir que o procedimento executado está eivado de vícios materiais, como a falta de redução no imposto nas compras em indústria fora do Estado, e alíquota majorada de 17% para 71%; restou finalmente demonstrado conforme os documentos de arrecadação - DAE, anexos ao PAF, que todo o valor lançado no Auto de Infração, nada restou que fosse devido, uma vez que as notas fiscais que compõem o lançamento tiveram efetivamente o pagamento comprovado, fato reconhecido, inclusive, pelo próprio autuante.

Em sendo assim, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232537.0002/10-0**, lavrado contra **SOZZIA CONFECÇÕES LTDA. (LOJAS RENNY)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de abril de 2014.

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – PRESIDENTE

ILDEMAR JOSÉ LANDIN – RELATOR

TOLSTOI SEARA NOLASCO- JULGADOR